

Comissão se renova para julgar cassações

BRASÍLIA — Membros da Comissão de Constituição e Justiça, formada por 54 deputados, defenderam ontem a aprovação de um projeto de resolução para mudar o regimento interno da Câmara de forma a permitir a antecipação da eleição do presidente da comissão e de sua renovação. E que o mandato do atual presidente termina no início da próxima legislatura, em 15 de fevereiro, quando já estará em andamento o processo de julgamento dos indiciados pela CPI da máfia do Orçamento.

Com a antecipação da eleição, já ficariam definidos os novos membros e os relatores que cuidariam de cada caso, até o fim do julgamento, sem risco de substituição pelos partidos no meio do processo. No projeto de resolução os parlamentares querem também mudar o regimento para que as sessões de defesa e votação dos relatórios na CCJ sejam abertas, a fim de evitar os efeitos de eventuais pressões e influência de grupos partidários sobre a decisão final.

— E se no dia 15 de fevereiro os partidos resolverem mexer na composição, substituindo esses relatores no meio do processo? Temos que antecipar essa eleição do presidente através de um projeto de resolução — defende a deputada Beth Azize(PDT-AM), que aplica na Comissão de Constituição e Justiça sua experiência de dez anos de magistratura.

A outra discussão é sobre a abertura, ao público, das sessões da comissão, que hoje são secretas, para a apresentação da defesa e votação dos relatórios. Os próprios membros da CCJ, que deve ser confirmados na comissão a ser formada com a eleição do novo presidente, estão se preparando para uma carga de pressão dos envolvidos, e acham que a abertura das sessões vai permitir que a sociedade civil fiscalize e acompanhe o comportamento de cada um.